

PROJETO DE LEI Nº 609 /96

Cria Conselho de Alimentação Escolar

A Câmara Municipal de Natércia-MH aprovou e o Chefe do Executivo sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de ~~assegurar~~ assessorar o Governo Municipal na execução do / programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos Públicos e da Comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

- I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados a / merenda escolar;
- II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, / sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos "in matu-  
ra";
- III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;
- IV - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando:
  - a) as metas a serem alcançadas;
  - b) a aplicação dos recursos previstos na legislação / nacional;
  - c) o engajamento das dotações orçamentárias específicas para a alimentação escolar;
- V - articular-se com os Órgãos ou Serviços Governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pú-  
blica ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência nas esco-

d.

Projeto de Lei nº \_\_\_\_/96 - continuação

las municipais;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipal;

VII - articular-se com as escolas municipais conjuntamente com os órgãos da educação do município, motivando-as na criação de Hortas, granjas e pequenos animais de corte para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX - realizar estudos a respeito de hábitos alimentares locais levando-se em conta quando da elaboração dos cardápios para merenda escolar;

X - exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação / dos alimentos destinados a distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que se refere aos efeitos da alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas / municipais;

XIII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçar e avaliar o programa no município.

Parágrafo Único - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do Órgão de Educação do Município.

Artigo 2º - O Conselho de Alimentação Escolar será composto por 07 (sete) membros, assim distribuídos:

1 - Supervisor Municipal da Merenda

2 - Membros da área de Educação

2 Membros da Comunidade/Pais de Alunos

2 Membros da Câmara Municipal

Projeto de Lei nº \_\_\_\_/96 - continuação

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Natércia, 05 de agosto de 1996.

*José Airton dos Reis*  
JOSE AIRTON DOS REIS  
PREFEITO MUNICIPAL

APROVADO  -  REJEITADO

Em 1ª, 2ª e 3ª Sessões do dia 06/08/96, às 18 H; 19 H; 20 H.

*Nelson Lino*  
NELSON LINO DE SOUZA

PRESIDENTE DA CÂMARA

*Maria Aparecida Mendes de Carvalho*  
MARIA APARECIDA MENDES DE CARVALHO

SECRETARIA DA CÂMARA